

## **O ASCENSO POLÍTICO DO SINDICALISMO TRABALHISTA EM JUIZ DE FORA (1951-1955)**

Luís Eduardo de Oliveira – PPGH/UFF

*“Porque se chamavam homens, também se  
chamavam sonhos e sonhos não envelhecem.”*  
(Lô Borges)

A presente comunicação tem como objetivo apresentar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado "Sindicalismo e Tradição Trabalhista em Juiz de Fora (1951-1961)", desenvolvida por mim, sob orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira. Em síntese, proponho-me a analisar em que medida o significativo ascenso do movimento operário da cidade, na primeira metade dos anos 50, resultou num gradativo aumento de participação na vida política local por parte destes trabalhadores, cujas lideranças eram, ao mesmo tempo, *herdeiras* e *construtoras* de uma vigorosa *tradição trabalhista*.

Numa conjuntura nacional marcada pela radicalização política e pelo expressivo crescimento do movimento operário, o sindicalismo trabalhista em Juiz de Fora experimentou um rico processo de renovação e fortalecimento político. A partir de 1951, novas lideranças assumiram a direção dos principais sindicatos da cidade e constituíram organismos intersindicais (como as reuniões dos “Sindicatos Trabalhistas de Juiz de Fora” e a “Comissão de Salário Mínimo”), em torno dos quais irão se articular com o adjetivo de garantir reajustes salariais e reforçar sua luta pela defesa e ampliação dos benefícios sociais já conquistados.

### ***O reorganização do sindicalismo em Juiz de Fora no início do segundo governo Vargas***

O retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951, segundo Maria Antonieta P. Leopoldi, significou a retomada de um projeto nacional popular de desenvolvimento econômico, que despertou desconfiança e oposição dos setores da burguesia mais identificados com o capital estrangeiro, sobretudo com o norte-americano.<sup>1</sup> A questão do desenvolvimento econômico, segundo Antônio Mendes Júnior, colocava em campos antagônicos “entreguistas”, defensores de um desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais, e “nacionalistas”, que advogavam a causa do desenvolvimento associado ao capital externo, mesmo nos setores estratégicos (siderurgia, eletricidade, petróleo).<sup>2</sup> Em tal quadro político nacional polarizado entre os seguidores de Vargas e a oposição conservadora udenista, a grande novidade foi o protagonismo político crescente das classes trabalhadoras que, através dos sindicatos trabalhistas e organismos intersindicais por eles articulados, se mobilizaram pela manutenção e ampliação dos benefícios sociais, contra a carestia, por melhorias salariais, por mais empregos e por maior participação na tomada de decisões na política governamental.<sup>3</sup>

Tendo como pano de fundo tal cenário político, econômico e social, os operários de Juiz de Fora e suas lideranças empreenderam também importantes jornadas de luta nos anos do segundo governo Vargas. Dentro da *tradição trabalhista*<sup>4</sup>, os trabalhadores voltaram aos sindicatos, elegendo novas lideranças que, gradativamente, foram substituindo os *interventores* e *pelegos* que dominaram as entidades sindicais da cidade nos anos do governo Dutra. As trajetórias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação, ambos de Juiz de Fora, exemplificam perfeitamente o processo acima descrito.

Ao que tudo indica, no início do governo Dutra parte da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Juiz de Fora encontrava-se sob influência política do PCB.<sup>5</sup> Em setembro de 1946, a entidade participou do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil e, no mês seguinte, se filiou à recém criada Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), organização intersindical organizada sob inspiração do PCB. A CTB atraiu um grande número de lideranças operárias para seus quadros, no momento em que as greves e mobilizações se multiplicavam por todo o país. O Ministério do Trabalho, com o objetivo de conter o ascenso da luta operária e neutralizar a ação dos comunistas nos sindicatos, promoveu a intervenção em centenas de entidades sindicais que se filiaram à Confederação.<sup>6</sup> O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Juiz de Fora, desta forma, não escapou da fúria repressiva do governo Dutra, sofreu intervenção e passou a ser gerido por uma Junta Governativa até 07 de janeiro de 1951, data em que os operários da construção civil realizam uma assembléia geral com o objetivo de empossar a nova diretoria do seu sindicato, eleita em 25 de novembro do ano anterior.<sup>7</sup>

Já no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, a ação do Ministério do Trabalho visou *proteger* a direção imobilista da entidade, acusada de irregularidades pela categoria. De acordo com um antigo líder sindical têxtil, José Alves de Carvalho, após a suspensão das eleições sindicais determinada pelo governo Dutra, em maio de 1947, a direção do sindicato da maior categoria profissional do município ficou restrita à apenas três dirigentes: “(...) o Conselho Fiscal tendo saído, ficaram o presidente, o secretário e o tesoureiro como três caciques de tribo, mandando e desmandando.”<sup>8</sup> Diante de tal situação, houve uma tentativa da categoria em promover uma eleição para revitalizar a diretoria do sindicato e apurar a existência de possíveis irregularidades administrativas e financeiras, o que foi completamente inviabilizado pelos diretores da entidade e pelo Ministério do Trabalho, conforme demonstra José Alves de Carvalho: “Os três dirigentes viajaram para o Rio, fizeram intriga, vieram de lá com 39 nomes de companheiros para serem excluídos do quadro social, como elementos subversivos e perturbadores da ordem. O meu nome encabeçava a lista; fomos excluídos do quadro social.”<sup>9</sup> Segundo José Alves de Carvalho, somente em novembro de 1950 a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e

Tecelagem de Minas Gerais, conseguiu junto ao Ministério do Trabalho a autorização para intervir no sindicato, por meio de uma comissão de operários nomeada para apurar as denúncias feitas pela categoria. No início de 1951, houve finalmente a eleição e posse de uma nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem.

Este movimento de renovação das diretorias dos sindicatos dos operários da construção civil e dos têxteis, foi determinado em grande medida pela mudança do quadro político nacional, a partir da eleição de Getúlio Vargas para presidente. Mas problemas específicos envolvendo trabalhadores do município, contribuíram também para dinamizar e aprofundar o processo de rearticulação do sindicalismo local, inclusive, com a formação de novas entidades. Um caso bastante significativo de como os trabalhadores procuravam adequar, neste momento, as organizações sindicais aos seus interesses trabalhistas é o dos trabalhadores do Departamento de Viação Elétrica e do Departamento Força e Luz da Companhia Mineira de Eletricidade (CME), empresa concessionária dos serviços públicos municipais de energia elétrica, telefone e bondes. Até junho de 1951, esses trabalhadores eram representados pelo mesmo sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, que na ocasião teve que enfrentar o problema da reversão do serviço de bondes da CME para a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, em função do vencimento do contrato de unificação dos serviços firmado em 1926.<sup>10</sup>

Os trabalhadores do Departamento de Força e Luz da CME, resolveram então criar, em 23/06/51, a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria da Energia Hidro-Elétrica de Juiz de Fora, que foi presidida pelo eletricista Clodsmidt Riani até sua transformação em Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidro-Elétrica de Juiz de Fora (STIEHE) em 09 de janeiro de 1953.<sup>11</sup> O STIEHE nasceu da luta por aumentos salariais e pela implantação de um quadro de carreiras para os cerca de 800 funcionários da CME, o que envolvia também os Sindicatos dos Telefônicos e o dos Rodoviários. A empresa só aceitou discutir e criar um quadro de carreiras após muita pressão dos trabalhadores e dos sindicatos que os representavam.<sup>12</sup>

O processo de renovação das direções dos principais sindicatos e a fundação de entidades sindicais, bem como o surgimento de novas lutas por garantia e ampliação de direitos e por melhorias salariais, fornecem indicativos bastantes significativos da existência em Juiz de Fora, no início da década de 1950, de um movimento sindical em reorganização, buscando autonomia, hegemonizado por lideranças trabalhistas, mas muito combativo e plenamente voltado para os interesses dos trabalhadores locais. No entanto, predomina ainda na historiografia sobre o movimento operário de Juiz de Fora, um tipo de análise altamente influenciada pela *“teoria do populismo na política brasileira”*, que associa erroneamente os sindicalistas trabalhistas da cidade do início dos anos 50 ao *“peleguismo”* que estes mesmos dirigentes ajudaram a derrotar.<sup>13</sup>

### ***A importante constituição de uma organização intersindical trabalhista em Juiz de Fora***

Os dados e informações disponíveis nos arquivos das entidades sindicais citadas, no Centro de Memória e Documentação Clodsmidt Riani e em jornais locais da época, demonstram que as lideranças trabalhistas da cidade, em sua luta por reposição das perdas salariais e ampliação dos benefícios sociais, romperam na prática com a verticalização imposta aos sindicatos pelo Ministério do Trabalho e sua legislação sindical corporativa. A partir de 1951, os sindicalistas da cidade passaram a organizar reuniões periódicas com o objetivo de unificar o conteúdo de suas reivindicações e de traçar estratégias comuns para a implementação de suas lutas. Tais encontros, resultaram na formação de uma espécie de *organização intersindical municipal*, denominada pelos sindicalistas de “Sindicatos Trabalhistas de Juiz de Fora”.

Nas reuniões dos Sindicatos Trabalhistas de Juiz de Fora, eram tratados assuntos que atingiam e preocupavam o conjunto dos trabalhadores da cidade, tais como: o preço das tarifas de ônibus, o aumento do custo de vida e dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a representação dos trabalhadores nas comissões tripartides de revisão do salário mínimo, a composição e funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento e do Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho da cidade, a instalação e funcionamento de órgãos e serviços públicos (Postos do SAMDU, Agência do IAPI, Restaurante do SAPS, escolas e ginásios públicos, serviço municipais de assistência médica, farmacêutica e dentária, etc.), além da reivindicação junto aos poderes públicos de realização de obras que beneficiassem os operários e suas famílias (construção de casas populares, saneamento e urbanização do subúrbio da cidade, etc.). Uma pauta de discussões tão ampla e diversificada, por um lado, indica que os dirigentes sindicais trabalhistas estavam de fato sintonizados com as demandas das camadas populares da cidade e que os sindicatos, num quadro de maior liberdade de atuação, tendiam a assumir e encaminhar reivindicações muito mais amplas do que as restritas funções corporativas que a legislação sindical lhes imputava.

Por outro lado, o conjunto de temas apreciados e incorporados na prática sindical desses líderes operários, inevitavelmente, levou-os a uma considerável participação na vida política e partidária de Juiz de Fora. Ao que tudo indica, os principais dirigentes sindicais trabalhistas da cidade procuraram constituir um campo político próprio dentro do partido que julgavam ser o *partido dos trabalhadores*: o Partido Trabalhista Brasileiro. Nesse processo, entraram em confronto aberto com os caciques locais do PTB, que dos trabalhadores queriam apenas votos e submissão política. Nesta perspectiva, um manifesto distribuído em setembro de 1951 pelas principais entidades sindicais de Juiz de Fora, pode ser entendido como um importante divisor de águas na conturbada relação entre os sindicalistas trabalhista e os próceres do PTB local.

Neste documento, intitulado “*Eles traíram o povo e os sindicatos protestaram*”, 13 sindicatos denunciaram os vereadores que votaram a favor de um projeto legislativo que autorizava um aumento abusivo nas tarifas de ônibus.<sup>14</sup> Os dirigentes sindicais, no entanto, reservaram as críticas mais agudas à bancada do PTB na Câmara Municipal, que não só votou unida a favor do aumento das passagens, como desenvolveu uma intensa campanha junto às outras bancadas em prol do referido projeto. Para estes sindicalistas, que afirmavam ser “getulistas sinceros e autênticos”, a atitude dos vereadores petebistas só servia para afastar ainda mais os trabalhadores juizforanos da legenda:

A incoerência entre a atitude do Presidente Vargas e do Srs. Vereadores desta cidade, eleitos graças ao seu prestígio junto aos trabalhadores, é chocante. Enquanto o presidente faz tornar sem efeito tal aumento em Belo Horizonte, os vereadores petebistas de Juiz de Fora votam e advogam, o que é mais grave, o aumento de passagens em favor das empresas. (...) O povo já está cansado de alguns traidores mascarados que se ocultam entre as hostes do PTB, para defenderem os seus próprios interesses particulares e galgarem posições e o Presidente Getúlio Vargas deve estar decepcionados com esses falsos amigos que nunca fizeram nada pelos trabalhadores ou pela causa da evolução social, mas que apenas exploram o prestígio de seu Partido, que é baseado na simpatia e popularidade de seu nome, para dele tirarem proveitos materiais.<sup>15</sup>

O distanciamento entre os dirigentes sindicais e o PTB em Juiz de Fora, provavelmente, só começou a diminuir em 1954, sobretudo, após a greve geral realizada pelos trabalhadores da cidade e o desaparecimento trágico de Vargas. Nessa conjuntura, a fragilização da legenda trabalhista, tornou-a mais permeável às pressões por espaço e respeito político feitas desde pelos sindicalistas trabalhistas da cidade.

### ***A greve pelo aumento do salário mínimo e a extensão da luta sindical à arena política***

No início de 1954, a UDN cria e difunde a imagem fantasmagórica da “república sindicalista” que ameaçava se impor ao país com a conivência de Vargas. Maria Antonieta P. Leopoldi, assinala que a oposição conservadora ao governo Vargas cresce com o anúncio do aumento de 100% do salário mínimo feito em fevereiro pelo ministro do trabalho, João Goulart, afinal materializado em 1º de maio, por meio do decreto nº 35.450. Segundo essa autora:

Nos três meses decorridos entre o anúncio do aumento por Jango e sua implementação em maio, acumularam-se as críticas ao governo. Os militares protestaram contra as consequências negativas do aumento para as forças armadas e para a sociedade no Manifesto dos Coronéis (fevereiro de 1954). Às suas vozes juntaram-se os empresários industriais, que tinham o compromisso de Getúlio de que o aumento não iria além dos 40%. Vargas afastou seu Ministro do Trabalho ainda em fevereiro, mudou também seu Ministro do Exército, mas manteve o aumento de 100% do salário, o que anunciou em discurso no dia 1º de maio.<sup>16</sup>

Sintonizada com o movimento operário de Minas Gerais e do país, entre maio e agosto de 1954, a classe trabalhadora de Juiz de Fora se lançou na luta pelo cumprimento do decreto presidencial que dobrava o valor do salário mínimo. Fiéis à tradição trabalhista, as lideranças

sindicais da cidade se apoiaram em uma legislação trabalhista que legitimava e potencializava a mobilização dos trabalhadores naquele momento. Combinando a participação institucional na Comissão do Salário Mínimo de Minas Gerais com dissídios coletivos na Justiça do Trabalho, as lideranças trabalhistas da cidade pressionaram habilmente os empresários para que aceitassem os novos índices salariais a que os trabalhadores tinham direito.

No plano nacional, no entanto, o cenário político foi se deteriorando cada vez mais até ser incendiado no início de agosto, com atentado da rua Toneleiros, maquiavelmente explorado pelos líderes udenistas e que proporcionou a intensificação dos ataques à imagem de Vargas. Essa ação procurava, ao mesmo tempo, desqualificar o presidente e mobilizar a população contra ele, transformado por força de tal campanha em sinônimo de caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral e assassino.<sup>17</sup> No auge da crise, em 24 de agosto, Vargas é deposto pelos chefes militares e se suicida. A violenta reação popular de pesar e protesto nos principais centros urbanos do país, no entanto, frustrou a estratégia dos golpistas, que planejavam coroar sua ação como uma intervenção militar.<sup>18</sup>

Os trabalhadores de Juiz de Fora vivenciaram esses acontecimentos de uma forma bastante peculiar. Dias antes da morte de Vargas, entre 16 a 21 de agosto de 1954, realizaram uma greve geral para forçar os patrões da cidade a pagarem os reajustes salariais que tinham direito. Foi através das “Reuniões de Sindicatos Trabalhistas” e da “Comissão de Salário Mínimo”, que as lideranças sindicais da cidade discutiam e organizavam a mobilização dos trabalhadores que culminou na greve. Conforme o relato feito pela imprensa, os sindicatos conseguiram a adesão de 80% dos trabalhadores da cidade. Com a deflagração da greve todas as indústrias de Fiação e Tecelagem, malharias, fábricas de calçados, padarias, o serviço de ônibus e bondes, hotéis e obras civis e públicas ficaram paralisadas. A classe empresarial, sob pressão, cedeu à reivindicação central do movimento, aceitando a pagar o novo salário mínimo que passou de cr\$900,00 para cr\$2.200,00 ou seja, um aumento de cerca de 150%.<sup>19</sup>

Mobilizando pela base os trabalhadores e organizando-se horizontalmente, as sindicalistas trabalhistas da cidade, neste período particular da história, conseguiram colocar os assalariados no centro da vida política da cidade. Especialmente após os acontecimentos de agosto de 1954, as lideranças operárias de Juiz de Fora intensificaram o processo de extensão de sua ação sindical à arena política. Somente a partir de então, conseguiram constituir um campo político próprio no interior do PTB, o que viabilizou a eleição do eletricitista Clodsmidt Riani para deputado estadual e do gráfico José Pereira Júnior para vereador nas eleições de 1954.

No ano seguinte, articulados em torno dos mandatos parlamentares conquistados, os dirigentes sindicais trabalhistas iniciaram uma acirrada disputa pela hegemonia da seção local do PTB, dominada desde sua fundação por políticos getulistas pragmáticos. O papel desempenhado

pelo Deputado Clodsmidt Riani e pelas lideranças que aderiram ao PTB na campanha eleitoral de 1955, por exemplo, constitui um claro indício da dimensão do espaço político conquistado por eles nesse momento. Foram eles os responsáveis pela organização de diversos comícios nos principais bairros operários da cidade em apoio às candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente, a presidente e vice-presidente da República. Em especial, a vinda de João Goulart à cidade, em 23 de agosto de 1955, foi uma iniciativa inteiramente coordenada por esse grupo de sindicalistas. Jango se encontrou com as lideranças operárias da cidade e da região e realizou um grande comício na Praça da Estação, o grande palco das manifestações populares da época.<sup>20</sup> É possível afirmar, que esse evento marcou o início da aproximação das lideranças sindicais trabalhistas de Juiz de Fora com o *reformismo pragmático* de João Goulart - concepção que irá influenciar em grande medida as práticas sindicais e políticas dos trabalhistas nos anos seguintes.<sup>21</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994. p.163-164.

<sup>2</sup> Para esse autor, Vargas procurava navegar entre as duas correntes, implementando uma política econômica bifurcada entre ortodoxia (apoio aos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; obtenção de empréstimos junto ao Eximbank e do BIRD; política cambial flexível) e nacionalismo (permissão a investimentos privados externos somente se associados à capitais nacionais; tentativa de limitar a remessa de lucros de empresas estrangeiras às suas matrizes; criação da Petrobrás e tentativa de criação da Eletrobrás). MENDES JÚNIOR, Antônio Mendes. Vargas: da eleição ao suicídio. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *História Geral da Civilização Brasileira*, n. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 249.

<sup>3</sup> Ver PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina Lúcia M. Classe trabalhadora e Populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; PESSANHA, Elina G. da Fonte. Metalúrgicos, sempre operários navais – Da cultura de direitos às perspectivas dos sem-fábricas da Indústria Naval do Rio de Janeiro. In: RAMALHO, José Ricardo (org.); SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001 e TELES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1969.

<sup>4</sup> Daniel Aarão Reis, afirma que a tradição trabalhista caracterizava-se, sobretudo, por um programa nacionalista, estatista e popular e pela defesa da criação de redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas e justiça do trabalho. De tal tradição faziam parte as lutas sociais reformistas, ritmadas pelos dissídios coletivos arbitrados pela Justiça do Trabalho, mediadas, quando isto era possível, pelas suas lideranças, e, também, o recurso das greves e das manifestações. REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 344-346.

<sup>5</sup> Após vários anos de desarticulação, em função da forte repressão promovida pelo Estado Novo, o Partido Comunista do Brasil ressurgiu com bastante força em Juiz de Fora. Em outubro de 1945, Luiz Carlos Prestes realizou um grande comício na cidade. Nas eleições municipais de 1947, embora com seu registro cassado, o PCB elegeu dois vereadores na cidade, o professor Irineu Guimarães e o pedreiro Lindolfo Hill, que presidiu o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Juiz de Fora entre 1939 e 1945.

<sup>6</sup> Por meio do Decreto-lei 23.046, de 07/05/1947, o Ministério do Trabalho se serviu de sindicalistas conservadores (“ministerialistas”) para atuarem como interventores nos sindicatos. As eleições sindicais passaram a ser tuteladas pelo governo e os candidatos e eleitos deviam apresentar um atestado ideológico fornecido pela polícia política. Ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p.65-66 e NEVES, Lucília de Almeida. *O CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Vega, 1981. p. 26-27.

<sup>7</sup> O livro de presenças em assembléias do Sindicato, registra 6 reuniões da Junta Governativa entre 28/11/47 e 12/06/49. Livro de presenças em Assembléias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Juiz de Fora – 14/04/46 a 18/08/54.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Alves de. Depoimento de História Oral, 18/10/1983, Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, Divisão de Memória, pasta 0048/83, p.13-14.

<sup>9</sup> *Idem*, *Ibidem*, p.14-16.

<sup>10</sup> O Sindicato Trabalhadores em Carris reivindicava o direito dos funcionários à rescisão indireta dos contratos de trabalho, com o pagamento imediato das indenizações devidas. No entanto, nem a CME e nem a Prefeitura Municipal queriam assumir tal encargo trabalhista. Somente após 3 anos de disputas judiciais, foi resolvido problema, passando os funcionários do Departamento de Viação Elétrica da CME à situação de funcionários da Prefeitura Municipal. Coube à CME a obrigação de pagar as indenizações a que tinham direito os trabalhadores, totalizando o valor de Cr\$ 6.753.597,50. BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves (coord.). *Companhia Mineira de Eletricidade*. Belo Horizonte: CEMIG / Projeto Memória, 1994, p.159-160

<sup>11</sup> Riani presidiu ainda o do Sindicato do Trabalhadores nas Indústria de Energia Hidro-Elétrica até a eleição da nova diretoria, em 23/06/53. BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves (coord.). *Op.cit.*, p.147-148 e Livro de Atas de Assembléias Gerais do Sindicato do Trabalhadores nas Indústria de Energia Hidro-Elétrica de Juiz de Fora, 23/06/51 a 10/12/57.

<sup>12</sup> Assim, sob a mediação do Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho em Juiz de Fora foi assinado, em 23 de abril de 1952, um Termo de Acordo entre a CME e a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria da Energia Hidro-Elétrica, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas e o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e a “Comissão Pró-Aumento de salários da CME”. De acordo com tal documento, a CME além de concordar com a implantação do quadro de carreira reivindicado pelos sindicatos, o que significou a imediata incorporação dos abonos provisórios, concordou também em conceder os reajustes salariais negociados, e outros reajustes adicionais, em caso de comprovado aumento do custo de vida, desde que o acordo fosse publicado no “Diário Oficial” da União<sup>12</sup>, ao que tudo indica, para pleitear junto ao Governo Federal a concessão de reajustes nas tarifas dos serviços públicos que explorava. Ver: “Termo de Acordo entre a CME e Sindicatos” – Documento localizado na pasta 4.2 do acervo do Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani (CMDRC), em Juiz de Fora.

<sup>13</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira, por exemplo, afirma que durante o Estado Novo a política populista conseguiu dismantlar toda a tradicional luta operária da cidade e que os sindicatos só conseguiram se reerguer em 1945, ligados ao PTB, mantendo a mesma subordinação ao Estado. Nesta mesma perspectiva, Maria Andreia Loyola afirma que o espírito de conciliação e colaboração de classes presidia o comportamento das lideranças trabalhistas da cidade, que, guiadas por tal “espírito”, procuravam saídas conciliadas, através da interferência do poder público, para os diversos conflitos de interesses entre trabalhadores e empresários. Ver: RIBEIRO, Mônica Ribeiro. “A Era Vargas e os reflexos da política populista no movimento operário de Juiz de Fora.” In: RIBEIRO, Mônica Ribeiro. *Juiz de Fora: vivendo a história*. Juiz de Fora: NHR-UFJF/EDUFJF, 1994, p.67-70 e LOYOLA, Maria Andréia. *Os Sindicatos e o PTB – Estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes / CEBRAP, 1980. p. 78-125.

<sup>14</sup> Após relacionar os nomes dos edis em questão, os sindicalistas fizeram o seguinte apelo: “Os trabalhadores não devem se esquecer dos nomes desses que, quando candidatos, prometeram em praça pública defender os seus direitos e trabalhar pelo seu bem estar e que, depois de eleitos, traíram o povo, colocando-se ao lado dos proprietários das empresas de ônibus no caso dos aumentos dos preços das passagens e das concessões vantajosas.” Este manifesto foi assinado pelos sindicatos trabalhistas das seguintes categorias profissionais: gráficos, jornalistas, construção civil, setor de alimentos e bebidas, setor de calçados, setor de peles e couros, mestres e contramestres, têxteis, comércio, panificação, Bancários, metalúrgicos. Ver: “*Eles traíram o povo e os sindicatos protestaram*”. Manifesto dos Sindicatos Trabalhistas de Juiz de Fora - Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani – série 7.1.

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>16</sup> LEOPOLDI, Maria Antonieta P., *Op.cit.*, p. 199-200.

<sup>17</sup> FERREIRA, Jorge. O Carnaval da Tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 64-66.

<sup>18</sup> De acordo com Jorge Ferreira, o suicídio de Vargas paralisou os golpistas e a reação popular os fez recuar. A ordem tornou-se o clamor de todos os círculos antigetulistas nos dias que se seguiram à morte de Vargas. Líderes da UDN, jornais, rádios, autoridades políticas e militares pediam pelo fim das manifestações populares, ao passo que eram forçados a rever seus planos e a aceitar a manutenção da “ordem democrática”, pelo menos por mais dez anos. FERREIRA, Jorge. *Op. cit.*, 1994., p. 94-96.

<sup>19</sup> Diário Mercantil, 21/08/1954.

<sup>20</sup> “Relatório das atividades da ‘Comissão da candidatura Clodesmidt Riani’ na campanha eleitoral de 03/10/1955 no município de Juiz de Fora”. Documento localizado na pasta 7.2 do acervo do Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani (CMDRC), em Juiz de Fora - MG.

<sup>21</sup> Lucília de Almeida Neves, argumenta que o programa defendido pelos reformistas pragmáticos compõe-se dos seguintes itens: crítica aos aspectos “desumanos” e apátridas do capitalismo; preocupação com o bem-estar social da população e com a defesa dos direitos dos trabalhadores; preocupação com uma melhor distribuição de renda; preposição de combinação de uma ordem política democrática com busca de justiça social; busca de compatibilização entre o “capitalismo sadio” e a melhoria do nível de vida dos trabalhadores; defesa da atuação e intervenção do Estado nas questões sociais e de sua função como árbitro dos conflitos sociais, busca de paz social, através de um desenvolvimento mais humano; implementação de uma reforma bancária, com criação de bancos estatais destinados a investir no desenvolvimento social e a financiar os trabalhadores; defesa de realização da reforma agrária NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimento: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 197-199.